

## MINUTA DA ATA DA SESSÃO DE 28 DE DEZEMBRO DE 2021

### 02.07 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA – DOCUMENTOS PREVISIONAIS: ORÇAMENTO PARA 2022 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUINQUÊNIO 2022/2026.

----- Foi remetida, pela Câmara Municipal, através do **ofício n.º 85045**, datado de **2021.12.22**, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada a 2021.12.20, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação e votação da proposta dos documentos citados em epígrafe, para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (versão atualizada). -----

----- Foi ainda remetido um link de acesso aos referidos documento, o qual foi previamente dado a conhecer a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- Da deliberação camarária consta o seguinte: “--- O **Senhor Presidente** apresentou e submeteu a discussão os documentos indicados em epígrafe, resultantes do trabalho interno dos serviços municipais, com as sugestões colhidas após distribuição de documento preliminar pelos senhores vereadores. Foi cumprido o estatuto do direito de oposição, em conformidade com o n.º 3, do artigo 5.º, da Lei n.º 24/98, de 26 de maio. -----

--- A proposta do orçamento importa tanto na receita, como na despesa, em **53.933.150,00€** (cinquenta e três milhões, novecentos e trinta e três mil, cento e cinquenta euros). -----

--- O processo encontra-se instruído com a informação registada sob o n.º 83.304/2021, do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**. -----

--- O **Senhor Presidente** solicitou a presença na sala do **Chefe da Divisão de Gestão Financeira**, que procedeu a uma breve apresentação dos principais pontos dos documentos em causa. -----

--- À consideração superior.”. -----

----- Participou por videoconferência, o **Chefe da Divisão de Gestão Financeira** a fim de apresentar uma projeção síntese sobre os principais pontos da matéria em análise (ver processo arquivado na respetiva pasta). -----

----- Finda a exposição, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo a exposição proferida, deu por aberto o período de pedido de esclarecimentos, tendo-se verificado as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: "Primeira questão que gostaria de colocar. Em nenhuma intervenção, quer do Dr. Fernando Marques quer do Senhor Presidente de Câmara, pela primeira vez, se falou do resultado líquido do exercício. Pela primeira vez não se falou do resultado líquido do exercício. Deve ser pelo facto de ter 5,5 milhões de resultado líquido previsível negativo. -----

Muito, muito me espanta, é o facto da apresentação do Dr. Fernando Marques, que todos os anos focava este facto. -----

Gostaria que o senhor Presidente de Câmara desse uma explicação sobre este avultadíssimo resultado líquido negativo. -----

Segunda questão, falamos do saldo de gerência. Também, pela primeira vez, não foi referido. O orçamento aponta para 5,5 milhões, o que nos parece relativamente conservador. -----

O que queria perguntar ao senhor Presidente de Câmara é, se nesta altura, se prevê o que se previu no orçamento ou se será superior. -----

Uma outra questão que gostaria de falar, tem a ver com os impostos diretos. Sabemos da limitação legal da questão do IMT. O Dr. Fernando Marques, e bem, o ano passado, explicou isso, é uma questão muito técnica. Contudo, acho que o valor da cobrança dos impostos diretos vai ser muito superior ao que está orçamentado, o que levaria, novamente, à possibilidade de baixar o IMI. A parte técnica do orçamento está bem feita, o valor não poderia ser outro, mas, parece-me que o valor da cobrança efetiva será muito maior. -----

Há aqui uma outra questão que já aconteceu o ano passado. é o terceiro ano de pandemia e temos de começar a aprender um pouco com isto. Pergunto, acha que as verbas inscritas no orçamento são as corretas para acudir ao potencial efeito da pandemia, ou seja, se não vamos ter novamente, não uma alteração ao orçamento, mas, diria, alterações "à la carte" das despesas com COVID. Esse, não é, obviamente, o meio correto de fazer orçamentos." -----

= **PAULO ALEXANDRE CANCELINHA DE SÁ**, na qualidade de representante do grupo municipal do CDS-PP, expôs o seguinte: "Ex.mos Senhores; -----

Presidente da Assembleia Municipal de Ourém, -----

Presidente da Câmara Municipal de Ourém, -----

Vereadores, -----

Membros da Assembleia Municipal, -----

Presidentes, de Juntas de Freguesia e demais autarcas, -----

Funcionários, -----

Convidados, -----

Ex.mos Senhores representantes dos órgãos de comunicação social, -----

A todos aqueles que nos acompanham através da transmissão online desta sessão plenária, ---

Minhas Senhoras, meus Senhores, -----

Iniciando um novo ciclo de quatro anos de governação municipal da Coligação PSD-CDS, e após termos concluído um primeiro ciclo 2017/2021 de mandato autárquico em que a Coligação PSD-CDS esteve à frente da governação municipal, cabe-nos, em jeito de balanço e de análise, falar do antes e do atual estado do município de Ourém. -----

Começo esta intervenção por, em nome do grupo municipal do CDS-PP, parabenizar o executivo municipal pelo rigor, disciplina e visão de governação na gestão dos destinos do município de Ourém. Esteve ao alcance de todos o que foi feito nestes últimos quatro anos de mandato, pois foi através da vós dos munícipes, que os mesmos se fizeram ouvir refletindo numa esmagadora vitória, as suas intenções, o que realmente é a sua ambição, a continuação do bom trabalho iniciado no mandato anterior. Pois, cá estaremos nós, para continuar a dar o nosso contributo diário no que toca à defesa de todos os Oureenses. -----

Nós CDS-PP, continuamos a defender que a carga fiscal tem de ser moderada, para assim poder-mos criar atratividade, para que possamos captar a fixação de novas empresas para as nossas zonas industriais espalhadas pelo concelho e, dar-lhes ferramentas que lhes permita criar mais postos de trabalho, gerar riqueza e apelar à fixação de novos residentes, aumentando assim a densidade populacional no nosso concelho, contribuindo deste modo para que o Concelho consiga prosperar e desenvolver-se, afirmando-se deste modo como um concelho vanguardista em oportunidades. -----

Da análise ao orçamento 2021/2022 e relativamente ao documento ora apresentado, consideramos importante recordar que ainda na oposição, a coligação PSD/CDS sempre defendeu e sempre se bateu por uma descida robusta em matéria de impostos municipais. Congratulamo-nos com a manutenção do imposto, depois de em anos anteriores os mesmos terem consecutivamente descido em que o Imposto Municipal Sobre imóveis (IMI), se mantém fixado em 0,31%, mantendo assim este executivo o valor mais baixo desde a alteração ao código do IMI. -----

Importa salientar as difíceis circunstâncias que ainda hoje atravessamos, em virtude da Pandemia Covid-19, para a qual ninguém estava preparado que, obrigou este executivo a

repensar toda uma estratégia, estratégia essa expressa num conjunto de medidas estruturantes com vista a atenuar os efeitos desta pandemia sustentada num esforço humano e financeiro de apoio aos nossos Municípios. -----

Consideramos também importante fazer alusão ao facto de um conjunto de obras contempladas e, priorizadas no documento apresentado tanto em matéria de urbanismo, como educação, Mobilidade, Cultura, Desporto, bem como equipamentos com aposta no desenvolvimento económico; obras essas que me escuso de referir de forma direta numa ótica de economia processual; mas, há muito ambicionadas pelas gentes do nosso concelho, que verão a sua conclusão no decurso do próximo ano e que terão como consequência direta o incremento do bem-estar e qualidade de vida dos nossos municípios, sendo este antecedente um fator para a afirmação de Ourém como um concelho verdadeiramente, e cada vez mais preocupado com a sua terra e com as suas gentes. -----

Gostaria de aproveitar o facto para enaltecer o rigor e disciplina orçamental do atual executivo municipal como tem sido seu apanágio nos últimos anos. -----

Nas circunstâncias politicamente adversas em que é elaborado este orçamento face à não existência de um orçamento de estado aprovado, congratulamo-nos com a constatação de um aumento de quase 11% face ao orçamento do ano transato, sendo também de salutar o aumento do investimento previsto em cerca de 7.3 Milhões comparativamente aos valores referentes ao ano que agora finda, um exemplo pragmático e bem demonstrativo da estratégia ambiciosa que este executivo pretende continuar a imprimir na dinâmica municipal, sendo este um aspeto a salutar pelo CDS-PP, pois prova que execução orçamental será tanto mais disciplinada, quanto mais rigorosa tiver sido a elaboração das projeções. -----

Pode, pois, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, contar com o nosso voto favorável ao documento apresentado. -----

Em virtude desta quadra festiva quero em meu nome e em nome do CDS-PP desejar a todos vós e a todos os Oureenses a continuação de festas felizes e um Novo Ano iluminado, em que o 2022 nos traga paz, alegria, saúde e muita perseverança! -----

Obrigado!" -----

= **JOÃO CARLOS DE JESUS PEREIRA**, na qualidade de representante do grupo municipal MOVE, expôs o seguinte: "Serei muito breve, para uma questão tão complexa como um orçamento de Câmara Municipal. -----

Quando nos propomos desenvolver um orçamento que, no fundo, é um instrumento que gere os destinos do Município ao longo do ano. E, quando analisamos um documento como este, em que, sublinho, devem ser, obviamente, valorizadas as obras que nele estão previstas, nomeadamente, nas grandes opções do plano. Fazer um orçamento, no fundo, é acomodar receitas e aplicar as despesas. É gerir os dinheiros naquilo que entendemos como princípio de execução do orçamento ou de uma política, se quisermos melhor dizendo, a verdade é que não tenho assistido nestas reuniões, apesar de não fazer parte delas, mas ia assistindo pela internet, não tenho visto a preocupação que é, no fundo, a mesma pergunta que uma empresa deve fazer, quando abre determinado negócio, quando atua no setor privado, por exemplo. E a pergunta fundamental é esta, o que é que eu quero ser daqui a 10, 15 ou 20 anos. -----

A pergunta que faço aqui ao senhor Presidente da Câmara Municipal é tão só e apenas esta: como é que vê o Município de Ourém, o concelho de Ourém daqui por 10, 15 ou 20 anos. -----

Consultamos o documento do orçamento, as mais de 400 páginas, que são importantes, certamente, todas as obras que vem inscritas, reafirmo, são extremamente importantes, mas, do meu ponto de vista, se não sabemos para onde vamos, dificilmente, lá chegaremos. Podemos analisar e verificar que existe uma missão, da Câmara Municipal ou do Município de Ourém a nível de uma política de gestão de qualidade. Existe uma visão, existem objetivos estratégicos, mas, na prática, são conceitos vagos e que fazem parte de uma política de qualidade que, normalmente, as empresas que querem ter este sistema de gestão implementados escudam para depois não se traduzir na prática essa política de gestão de qualidade. -----

A pergunta que deixo aqui ao executivo é, tão só e apenas estas, como é que encaram, como é que vêm, no fundo é a visão quanto ao futuro de uma empresa, de uma instituição pública, uma junta de freguesia ou uma câmara municipal e, julgo que há um sistema de gestão de qualidade na Câmara Municipal, pelo menos existe a preocupação nesse sentido, saber como é que o executivo camarário vê o nosso concelho daqui a 10, 15 anos, em termos de desenvolvimento e o que quer para o concelho. Quer ser concelho industrial, quer criar uma marca, o que quer fazer? É importante sabermos isto porque, qualquer projeto que vá fazer a seguir deverá ir ao encontro destas preocupações e desta tal visão que se tem do futuro. -----

Talvez os nossos antecessores se tivessem tido esta preocupação, certamente teriam movido montanhas, no sentido de, se já tivessem uma visão para o concelho, em apostar na ligação do IC9, por exemplo, à A1. -----

Se queremos, efetivamente, desenvolver e, se é que é isso que queremos desenvolver para futuro, a criação de zonas industriais, elas são de facto importantes, pergunto, se não

soubermos para onde vamos, como é que vamos perspetivar obras e direcionar os nossos dinheiros públicos que são escassos e que vão muito dos bolsos do contribuinte, portanto, a sua gestão deve ser rigorosa. Se não sabemos para onde queremos ir, muito dificilmente lá chagaremos. O exemplo que deixava aqui é, se queremos investir numa indústria, no concelho, seja ela qual for, acho que a preocupação daqueles que nos antecederam deveria ter sido, se já tivesse definido esse objetivo, deveria ter sido lutar tudo para que se fizesse a ligação do IC9 à A1, porque, uma empresa que se queira instalar deve procurar ou procura sempre, naturalmente, acessibilidades e condições para se poder implementar. -----

Portanto, resumindo, é saber isto, qual é a perspetiva de futuro que o Município de Ourém, neste caso, o executivo camarário, tem. Dito de outro modo, como é que vê o concelho no espaço de tempo de 10, 15, 20 anos, ou seja, daqui a alguns anos, porque, é a longo prazo que planeamos o desenvolvimento económico. -----

Muito obrigado" -----

= **FILIFE REMI CALLEBAUT MENDES** expôs o seguinte: "Na leitura e observação disto, gostava de ser esclarecido. Neste orçamento, há aqui um detalhe que eu acho, com algum interesse, que é o valor previsto nos "Caminhos dos Peregrinos de Fátima". achei o valor tão engraçado que gostaria de saber a que se destina, efetivamente, o valor inscrito porque, entendo, que estes caminhos deveriam ter um investimento muito superior ao previsto. Deveria ser uma forma de dinamizar a maneira de se dirigir a Fátima que tanto sucesso tem tido, em relação a Santiago de Compostela e a outros santuários. Achei o valor bonito, simbólico, mas que não ajuda, absolutamente, nada. -----

Em relação às grandes opções do plano de 2022 a 2026 gostaria de achar, com algum interesse, o que um jornal da zona faz referência à avenida ou à rua Irmã Lúcia de Jesus que aparece aqui respaldado, no entanto, só aparece nas grandes opções do plano 2020/2025, e aparece associado também à vinda do Papa. Se o Papa vem em 2023 e se a ideia é fazer aquela avenida em 2025, será fora de contexto. -----

Outra questão, tem a ver com o Parque de Fátima que já serviu para duas ou três eleições, mas continua por fazer e agora empurramo-lo para 2026 ou 2027 e, depois, chegando à altura, empurramos para 2030, e por aí fora, e nunca mais o fazemos. -----

Que haja uma consciência, ou se faz ou não se faz. Que se assuma publicamente se é ou não para se fazer." -----

----- Tomando a palavra, o senhor PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL expôs o seguinte: "Resultado líquido do exercício. Geralmente falo no resultado líquido do exercício quando aprovamos as contas, em abril. Deve haver algum equívoco. -----

Posso adiantar que o Município de Ourém tem previsto em Orçamento 12 milhões de euros em amortizações. É bom comparar com outros municípios, da mesma dimensão, para ver quais são os valores que esses municípios têm em orçamento, e vimos as diferenças. O Município de Ourém tem, seguramente, o dobro do valor de amortizações previsto. Se não tivéssemos este valor, o resultado líquido, com certeza, seria totalmente diferente. -----

Saldo de gerência. O valor contemplado neste documento é de 10,5 milhões de euros. Hoje, porque estamos muito perto do final do ano, a ideia que temos é que deverá oscilar entre os 12,5 e os 13 milhões de euros. é o valor que temos hoje como referência para o saldo de gerência. Repito, o saldo de gerência tem muito a ver com o excesso de receita comparativamente ao orçamento inicial, tem muito a ver com a poupança em termos de despesa corrente em orçamento inicial e tem também a ver com alguns investimentos que pensávamos que seriam concretizados este ano e que não foram. Tem a ver com estes três fatores e este é o valor que temos previsível de saldo de gerência e, pensamos nós, na assembleia de fevereiro teremos já um orçamento retificativo, com estes valores já devidamente acertados. -----

Impostos diretos. É uma parte técnica. Não podemos colocar os valores que queremos ou que achamos que vamos ter, mas é uma média aritmética dos últimos exercícios. Os valores que figuram são aqueles que a lei permite. -----

Margem para baixar o IMI. Recordo que o ano passado baixámos o IMI de 0,325% para 0,31%. Os senhores votaram, hoje, contra a proposta de IMI porque entendem que deveria ser baixado. Vou ler aqui a declaração de voto dos senhores vereadores do PS, apresentada na reunião de câmara, no ano passado, quando baixamos a taxa do IMI de 0,325% para 0,31, e passo a citar: *"Mas não nos iludamos com uma proposta destas, pois o impacto é muito redutor e o alívio nos bolsos das famílias médias destes Município terá um efeito muito modesto. A título de exemplo, um prédio urbano para residência permanente de uma família, avaliado em 75.000 euros, o impacto desta medida é de uma redução de 11,25 euros por ano. Isto é, uma família média oureense terá uma poupança média mensal que não chega a um euro!"* -----

Na altura, os senhores vereadores acharam que não valia a pena a redução de 0,325% para 0,31% e, os senhores, hoje, deputados do Partido Socialista já acham que valia a pena baixar porque, talvez, seja um impacto muito maior e a descida seria menor do que a que fizemos o ano passado. -----

Valores para a pandemia. Foi dito, no ano passado, sobre esta situação que, ninguém, no Município de Ourém, sejam famílias, empresas ou seja quem for, ficará para trás. Ninguém deixará de ser apoiado. Não sabemos o que a pandemia vai dar. Temos previstos 300 mil

euros para o imediato, mas, obviamente, estaremos sempre disponíveis para, de acordo com aquilo que a pandemia vier acrescentar nos próximos meses, para estarmos disponíveis para reforçar essa verba. -----

Questão do deputado João Pereira. O que o senhor aqui traz, diria, dava pano para mangas. Recordo que o orçamento é isto mesmo, previsão daquilo que vamos fazer para o próximo ano e as GOP,s para os próximos anos. Os partido políticos, com assento nesta Assembleia Municipal, foram convidados a apresentar propostas para o orçamento e para as GOP,s, apenas o MOVE apresentou esses contributos. O Partido Socialista e o CHEGA não apresentaram nada. O PPD/PSD e o CDS-PP também apresentaram contributos. Como o senhor deputado pede que diga o que penso que será o Município daqui a 20 anos, vou ler os objetivos que o MOVE nos apresentou para os próximos anos, porque é isso mesmo que estamos aqui a falar, e passo a ler: "1. *Anular e/ou reduzir as taxas impostas pelo Município;* 2. *Ressarcir as famílias e empresas total ou parcialmente do valor das taxas impostas a pagar no próximo ano;* 3. *Aumentar para níveis substanciais os apoios à sociedade e às empresas com as verbas do poder central e dos fundos europeus;* 4. *Canalizar esforços para a resolução das questões da saúde, em especial para o problema da falta de médicos;* 5. *Diligenciar no sentido de reverter a gestão da água e do tratamento dos resíduos, de forma a garantir melhor qualidade e um preçário mais justo;* 6. *Apoiar com mais vigor as associações culturais, humanitárias e desportivas*". É esta a visão do MOVE, para os próximos anos, para o Município de Ourém. e, vem aqui perguntar-me o que acho para daqui a 20 anos. Senhor deputado, tenho todo o gosto em dizer-lhe. Aconselho a ler o documento que está plasmado na revisão do PDM, onde está exemplificado o que queremos para os próximos 10 anos. Os investimentos que queremos fazer nos próximos 10 anos. Tem todos um único objetivo, captar pessoas para o nosso território. O objetivo é que, daqui a 10 anos, possamos ter mais gente a viver no nosso território. Como é que se consegue? Ter mais empresas. É por isso que temos apostado muito nas zonas industriais, na Freixianda, em Caxarias, num projeto que a Junta de Freguesia de Urqueira está a elaborar um regulamento para poder vender lotes. Regularizando a zona industrial de Fátima. Vendendo lotes na zona industrial de Casal dos Frades. É este o objetivo que queremos para o Município. Também queremos, para a zona sul do concelho, valorizar, cada vez mais, o turismo. Dar condições para que mais pessoas possam vir a Fátima, para que mais pessoas possam ficar mais dias em Fátima, porque, isso cria riqueza, gere riqueza.

Depois, ter condições, requalificar as vilas, as cidades do nosso concelho, pois, isso atrai pessoas, porque temos mais qualidade de vida para oferecer a essas pessoas. -----

Queremos ter melhor educação. Temos apostado, fortemente, na requalificação dos nossos centros escolares, construindo novos centros escolares, Caxarias e agora Atouguia. -----

Obviamente, também queremos ter Saúde porque isso também é um fator de atratividade. Temos feito a nossa parte, construindo e requalificando as instalações de saúde que existem no concelho, porque é a nossa obrigação, no momento, esperando que o Estado possa fazer o resto. -----

Qualidade de vida, é isso que queremos para o nosso concelho, atingindo-se com estes projetos que temos vindo a desenvolver. -----

Ligação do IC9 à A1. Obviamente, todos concordamos que é uma falha enorme que existe no nosso concelho, mas, não depende da Câmara Municipal, depende do Estado Central. Temos feito aquilo que é possível para que possa ser realizada, sabendo que temos aqui um problema. Este projeto foi identificado como prioritário na nossa Comunidade Intermunicipal, mas, temos um problema. Sendo uma ligação que diz respeito à nossa cidade, ao nosso concelho que está situada numa freguesia, num concelho, num distrito, numa comunidade intermunicipal diferente da nossa. O que não facilita reivindicarmos com maior assertividade, com maior ênfase esta nossa pretensão que, penso, todos reconhecemos que é importante. --- Caminhos peregrinos de Fátima. Recordo que os Caminhos do Norte, os Caminhos do Tejo têm associações criadas para o efeito. Essas associações é que desenvolvem estes projetos. O valor plasmado no orçamento será, eventualmente, para requalificação ou manutenção da Rota Carmelita, que atravessa todo o nosso concelho. -----

Rua Irmã Lúcia de Jesus. Não sei onde viu 2025. Posso dizer que, no orçamento deste ano, os valores que lá estão, 750 mil euros em 2022 e 1,5 milhão de euros em 2023. Em 2024 também tem 1,5 milhões de euros, mas, acho que a obra não vai custar 3 milhões 750 mil euros, vai custar talvez dois milhões de euros. -----

Parque da cidade. O senhor deputado, no mandato anterior, estava no MOVE, agora está no Partido Socialista. Quem está habituado a empurrar para a frente é o Partido Socialista. Se bem nos recordamos, em 2009, havia um placard em frente à rodoviária sobre as piscinas em Fátima, e outros, e, passados oito anos, nada vimos. O que lhe posso dizer sobre o parque das pedreiras, e a Junta de Freguesia sabe o que estamos a trabalhar, muito em breve haverá novidades em relação a essa situação e terei todo o gosto de as comunicar, porque entendo

ser uma necessidade para Fátima que está identificada, sendo dados passos importantes num futuro próximo. -----

Muito obrigado” -----

----- NÃO SE REGISTANDO QUALQUER OUTRO PEDIDO DE INTERVENÇÃO, O SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL SUBMETEU A PROPOSTA, A VOTAÇÃO DO PLENÁRIO, TENDO A MESMA SIDO APROVADA, POR MAIORIA, COM 7 ABSTENÇÕES – 05 DO GRUPO MUNICIPAL PARTIDO SOCIALISTA; 01 GRUPO MUNICIPAL MOVE; 01 GRUPO MUNICIPAL CHEGA, 26 VOTOS A FAVOR – 22 GRUPO MUNICIPAL PPD/PSD; 03 GRUPO MUNICIPAL CDS-PP; 01 DO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA – 33 PRESENCAS. -----

----- De seguida, apresentaram as respetivas declarações de voto, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= NUNO MIGUEL GONÇALVES BAPTISTA PEREIRA, na qualidade de representante do grupo municipal do Partido Socialista, expôs o seguinte: “Estes são documentos de continuidade são uma consequência natural da continuação da sua governação e pouco ou nada de novo trás. -----

O grupo Municipal do Partido Socialista, reforçando a sua coerência, vem nesses termos, abster-se na presente votação. O povo sufragou a sua vontade e neste primeiro orçamento do novo executivo manteremos o sentido de voto. -----

Obviamente que fariamos muito diferente, tentando trazer novas e inovadoras ideias para este nosso concelho. -----

Uma situação económico-financeira é estável. Ainda assim, continua a incapacidade demonstrada ao longos destes últimos 4 anos em transformar a boa condição económico-financeira do município em investimentos. O que se tem acontecido continuamente é a falta de capacidade que este executivo tem em conseguir cumprir com os seus próprios orçamentos. ---

A grande prova disso são os sucessivos incumprimentos orçamentais e que ano após ano vai engordando a conta de saldo de gerência. -----

O Executivo faz grande alarido publico em apresentar um orçamento de quase 54 milhões de euros. Vejamos então de onde isso vêm -----

- um avolumar da conta de saldo de gerência (+5,5 milhões de euros –que é previsão muito conservadora). Voltamos a repetir -----

- a contratação de empréstimos bancários. -----
- Aumento injustificado de mais de 6% em impostos diretos. Nunca os ourensenses

pagaram tantos impostos. -----  
A forte redução dos apoios à economia e às famílias no âmbito da crise provocado pela pandemia é absolutamente preocupante. O que leva a crer, que à semelhança do ano passado esses apoios serão efetuados através modificações orçamentais, por expressa vontade do Senhor Presidente, numa política que favorece a subjetividade e a sua arbitrariedade. Este não é o modo correto de fazer orçamentos. -----

Às freguesias foram retiradas de aproximadamente 17% das verbas, isto claro depois do ano eleitoral. Porque será? -----

No final do exercício de 2022, o executivo prevê fechar o ano com um resultado líquido negativo em quase 5,5 milhões de euros. Há 4 anos este executivo (PSD/CDS) criticava fortemente os resultados alcançados nessa altura, referindo-se ao caminho de desgovernação financeira dos socialistas pois os Resultados Líquidos tinham sido negativos. Ora agora parece que esses mesmos Resultados Líquidos negativos para a Direita (ou centro???) não é cadastro, mas sim currículo!!! -----

Face ao exposto e atendendo a: -----

- Que se trata de um orçamento de continuidade de uma estratégia política, validada pelo escrutínio popular, mas diferente do que o PS se proponha a realizar; -----
- Que não garante objetivamente o apoio à economia, às famílias e ao sector social no âmbito da crise provocada pela pandemia Covid-19; -----
- Que prevê um aumento de contribuições dos ourensenses através do aumento dos impostos diretos para valores nunca antes alcançados; -----
- Que prevê um decréscimo de fundos para as freguesias; -----
- Que pelo historial demonstrado por todos os anos de governação PSD/CDS deste município, não confiamos na capacidade deste executivo em cumprir com o seu próprio orçamento, justificado pelo amontoar do saldo de gerência em 10,5 milhões de euros; -----

A posição da bancada do PS é naturalmente a abstenção na votação dos documentos previsionais para 2022-2026." -----

= JORGE PEREIRA DA SILVA, em nome do grupo municipal do Partido Social Democrata, expôs o seguinte: "Este é o primeiro orçamento deste exercício autárquico, inserido numa



estratégia programática iniciado em 2017. Os princípios da gestão diligente e criteriosa preconizada pela Coligação PSD/CDS continuam bem presentes e continuam a estar vertidas neste documento estratégico para o ano 2022, através de uma política de rigor orçamental e de prioridades reais e concretas que norteiam as políticas municipais como amigas das famílias e empresas. -----

Contudo este orçamento não foi provido de facilidades, em largo resultado, face ao atual contexto político à data em que nos encontramos. Recorde-se que perante um exercício de engenharia orçamental, numa época de muito poucas certezas, em função de não existir um Orçamento do Estado aprovado, nem um Governo da República em plenas funções. -----

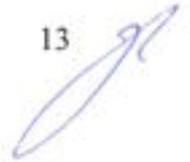
Este também é um Orçamento claramente marcado pela indefinição, sobretudo porque estão por conhecer as verbas a transferir para os municípios e, além disso, por concretizar todos os contornos do processo de Delegação de Competências, nomeadamente no que se refere à descentralização nas áreas da Saúde e da Ação Social. -----

Outro fator muito contributivo para este sentimento de incerteza e da indefinição conjuntural é o ponto de evolução da crise pandémica, que contou no passado com políticas de apoio às famílias e empresas do concelho e como percebemos vai (e bem!) continuar a merecer esse apoio municipal caso continuem as restrições e condicionalismos nos setores da sociedade ourense. -----

Não obstante destas dificuldades, o Orçamento apresentado não descarta **os grandes investimentos, potenciando o Município de Ourém à escala regional**, numa ótica de consolidação da sua imagem enquanto Concelho em constante desenvolvimento económico e social. A construção deste Orçamento contempla grandes investimentos em curso, com prazo de conclusão previsto para o ano de 2022: -----

- Reabilitação do Jardim Municipal Le Plessis-Trévis; -----
- Reabilitação da Estrada de Leiria (Loureira); -----
- Reabilitação da Rua Dr. Francisco Sá Carneiro e da Rua Dr. Neves Eliseu; -----
- Ligação do nó do IC9 à Zona Industrial de Casal dos Frades; -----
- Requalificação Largo do Rossio, em Urqueira. -----

No âmbito dos grandes investimentos, estão também salvaguardas verbas a afetar na reabilitação das entradas da Cidade de Fátima, como por exemplo a Avenida Irmã Lúcia de



Jesus, a Avenida Papa João XXIII, e a Estrada de Minde, no âmbito da preparação da visita de Sua Santidade o Papa, agendada para agosto de 2023. -----

O Orçamento para 2022 também consignará outros investimentos importantes, nas mais diversas áreas, entre os quais destacamos os seguintes: -----

- O reforço da atribuição de apoios às empresas e em contexto de Ação Social, no âmbito da Covid-19; -----
- A construção do Centro Escolar de Atouguia; -----
- A construção do Edifício Multiusos de Caxarias, que conterà em si a nova Unidade de Cuidados de Saúde e a nova sede da Junta de Freguesia local; -----
- A construção da Área de Localização Empresarial de Freixianda; -----
- A reabilitação da cobertura da piscina interior do Complexo Municipal de Ourém, inerente à 1.ª fase de um projeto integrado no quadro da eficiência energética; -----
- A aquisição de viaturas elétricas, no âmbito da criação de um circuito de transportes públicos a implantar em Ourém e Fátima; -----
- A requalificação da entrada nascente da Cidade de Ourém. -----

O conjunto de investimentos elencados é bem demonstrativo que há uma estratégia ambiciosa e planeada para o desenvolvimento integrado do nosso território. -----

Em rigor, o Orçamento Municipal contempla o montante de 53.933.150€ (cinquenta e três milhões, novecentos e trinta e três mil e cento e cinquenta euros), um valor que representa um aumento de 10,9% em comparação com o ano anterior. -----

Importa sublinhar também a subida do valor de investimento contemplado neste documento: 26,3 milhões de euros, duzentos e oitenta e quatro mil e setecentos euros) para 2022, contra 19 milhões de euros em 2021. -----

Estamos em condições de afirmar que este Orçamento responde às necessidades mais prementes do nosso território, valorizando o nosso futuro coletivo, privilegiando os valores da coesão territorial e social ou a sustentabilidade ambiental. Este orçamento também contempla uma resposta proporcional aos ditames da crise pandémica e ao investimento em todas as nossas freguesias. Tudo isto é alcançado sob a bitola da disciplina orçamental, ou seja, sem o aumento da receita através dos impostos aos Ourienses e sem aumentar o valor da dívida municipal. -----

É com estes fortes argumentos que a bancada do partido social democrata vota favoravelmente ao Orçamento Municipal para 2022 e às Grandes Opções do Plano 2022-2026.” -----

----- Aquando da discussão e votação da matéria em análise, ausentou-se da sala, o Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, senhor Luís Alexandre Serras de Sousa. -----

----- A ata foi aprovada, por unanimidade, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos. --

----- Assembleia Municipal de Ourém, 28 de dezembro 2021. -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal,

